

Hy Brazil Energia S/A

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e aos Administradores da Hy Brazil Energia S.A.

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hy Brazil Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Hy Brazil Energia S.A. (Companhia), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

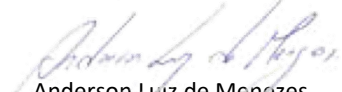
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 09 de Maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP – 014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Hy Brazil Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.842	8.034	134.971	24.042
Contas a receber	6	563	564	17.571	12.847
Impostos a recuperar		2.280	784	4.840	3.671
Outros ativos		1.578	788	12.454	4.535
Total do ativo circulante		78.263	10.170	169.836	45.095
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	8.383	11.738
Mútuos a receber partes relacionadas	7	172.857	110.415	22.790	1.192
Outros ativos		4.896	2.203	5.802	3.109
Depósitos judiciais	8	-	-	1.288	1.168
Investimentos	9	125.484	270.013	53.849	47.115
Imobilizado	10	5.300	4.710	502.239	521.853
Intangível	9.7	-	-	2.363	2.560
Total do ativo não circulante		308.537	387.341	596.714	589.735
Total do ativo		386.800	397.511	766.550	633.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hy Brazil Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido		Controladora		Consolidado	
		Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	8.250	43.075	55.816
Fornecedores		157	568	12.163	11.796
Obrigações tributárias		21	7	3.234	2.807
Adiantamento de clientes		-	-	1.559	2.706
Mútuos a pagar partes relacionadas	7	-	-	11	11
Outras contas a pagar		280	280	843	360
Total do passivo circulante		458	9.105	60.885	73.496
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	313.679	166.944
Obrigações tributárias		-	-	1.331	1.503
Mútuos a pagar partes relacionadas	7	24.375	24.925	7.165	7.529
Outras contas a pagar		-	-	-	455
Dividendos a pagar	12	23.962	41.409	23.962	41.409
Total do passivo não circulante		48.337	66.334	346.137	217.851
Patrimônio líquido					
Capital social	13.a	199.185	199.185	199.185	199.185
Reserva de lucros	13.b	138.820	122.887	138.820	122.887
Total do Patrimônio líquido		338.005	322.072	338.005	322.072
Participação de não controladores		-	-	21.524	20.422
		<u>338.005</u>	<u>322.072</u>	<u>359.528</u>	<u>342.494</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		386.800	397.511	766.550	633.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hy Brazil Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	14	2.964	3.628	168.565	144.629
Custos operacionais	15	(5.409)	(5.848)	(35.205)	(45.214)
Lucro/Prejuízo Bruto		<u>(2.445)</u>	<u>(2.220)</u>	<u>133.360</u>	<u>99.415</u>
(Despesas)/ receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	16	(6.843)	(2.168)	(12.224)	(3.499)
Resultado de equivalência patrimonial	9.4	79.262	74.525	5.945	9.330
		<u>72.419</u>	<u>72.357</u>	<u>(6.279)</u>	<u>5.831</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>69.974</u>	<u>70.137</u>	<u>127.081</u>	<u>105.246</u>
Receitas financeiras		8.936	378	15.402	1.133
Despesas financeiras		(503)	(841)	(43.889)	(22.180)
Resultado Financeiro líquido	17	<u>8.433</u>	<u>(463)</u>	<u>(28.487)</u>	<u>(21.047)</u>
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		<u>78.407</u>	<u>69.674</u>	<u>98.594</u>	<u>84.198</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	-	-	(11.879)	(9.207)
Lucro líquido do exercício		<u>78.407</u>	<u>69.674</u>	<u>86.715</u>	<u>74.991</u>
atribuído ao controlador		78.407	69.674	78.407	69.674
atribuído aos não controladores		-	-	8.309	5.317
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$				1,16	1,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hy Brazil Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	78.407	69.674	86.715	74.991
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	78.407	69.674	86.715	74.991
atribuído ao controlador		-	78.407	69.674
atribuído aos não controladores		-	8.308	5.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hy Brazil Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
-52								
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>199.185</u>	<u>6.820</u>	<u>62.835</u>	<u>-</u>	<u>268.840</u>	<u>20.481</u>	<u>289.321</u>
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	105	-	105	-	105
Distribuição de lucros		-	-	-	-	-	(5.376)	(5.376)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	69.674	69.674	5.317	74.991
Constituição de reserva legal		-	3.484	-	(3.484)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(16.547)	(16.547)	-	(16.547)
Alocação de lucros acumulados		-	-	49.643	(49.643)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>199.185</u>	<u>10.304</u>	<u>112.583</u>	<u>-</u>	<u>322.072</u>	<u>20.422</u>	<u>342.494</u>
Outros		-	-	71	-	71	(108)	(37)
Distribuição de lucros		-	-	(43.923)	-	(43.923)	(7.099)	(51.022)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	78.407	78.407	8.309	86.716
Constituição de reserva legal		-	3.920	-	(3.920)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(18.622)	(18.622)	-	(18.622)
Alocação de lucros acumulados		-	-	55.865	(55.865)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>199.185</u>	<u>14.224</u>	<u>124.596</u>	<u>-</u>	<u>338.005</u>	<u>21.524</u>	<u>359.528</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hy Brazil Energia S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividade operacionais				
Lucro líquido do exercício	78.407	69.674	86.715	74.992
Ajuste para:				
Depreciações e amortização	19	20	14.415	11.260
Equivalência patrimonial	(79.262)	(74.525)	(5.944)	(9.330)
Juros sobre empréstimos	504	839	43.573	22.178
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	(15.402)	-
	(332)	(3.992)	123.357	99.099
Varição em ativos				
Contas a receber	1	(400)	(4.724)	(4.056)
Impostos a recuperar	(1.496)	(846)	(1.169)	(635)
Outros ativos	(3.483)	105	(10.612)	1.401
Depósito judicial	-	-	(120)	(108)
Varição em passivos				
Fornecedores	(412)	427	368	7.610
Obrigações tributárias e trabalhistas	14	3	9.140	(2.139)
Contas a pagar	-	-	28	-
Adiantamento de clientes	-	-	(1.147)	-
Outra contas a pagar	-	-	-	(158)
Caixa gerado nas operações	(5.708)	(4.703)	115.121	101.015
Juros Pagos	(504)	(839)	(36.348)	(28.060)
Imposto de renda de contribuição social pagos	-	-	(8.885)	(7.282)
Caixa líquido gerado /utilizado atividade operacionais	(6.212)	(5.542)	69.888	65.673
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Mútuos concedidos a partes relacionadas	(77.789)	(71.786)	(22.485)	-
Mutuos recebidos de partes relacionadas	59.253	70.714	20	1.008
Aplicações financeiras	-	-	(26.553)	(4.659)
Resgate de aplicações financeiras	-	-	45.309	-
Dividendos recebidos das investidas	137.210	28.336	4.013	-
Redução/(Aumento) de capital nas investidas	42.096	(2.580)	(3.936)	6.324
Ativo imobilizado	(609)	267	(21.802)	(33.095)
Baixa de imobilizado	-	-	29.282	-
Ativo intangível	-	-	(14)	-
Outros	100	105	(37)	105

Hy Brazil Energia S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	160.261	25.056	3.797	(32.520)
Atividades de financiamento				
Mútuos concedidos de partes relacionadas	3.512	-	712	-
Mútuos pagos à partes relacionadas	(3.512)	(16.407)	(1.076)	(7.046)
Captação de financiamento e debêntures	-	-	222.319	45.948
Amortização de financiamentos e debêntures	(8.250)	(10.000)	(97.620)	(71.993)
Dividendos pagos	(79.991)	-	(87.091)	-
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamentos	(88.241)	(26.407)	37.244	-
(Aumento) no caixa e equivalentes de caixa	65.808	(6.893)	110.929	61
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	8.034	14.927	24.042	23.981
No final do exercício	73.842	8.034	134.971	24.042
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	65.808	(6.893)	110.929	61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Hy Brazil Energia S/A (Companhia) foi constituída em 30 de março de 2009 e tem sede na cidade de Belo Horizonte-MG, na Av. Raja Gabaglia, 339, Cidade Jardim.

A Hy Brazil tem por objeto a geração e comercialização de energia elétrica e participação em outras sociedades, investimento no setor de energia elétrica, tem como princípios, valorização social, ambiental e ética nos negócios e gerando de forma sustentável valor para os acionistas.

A Companhia e suas investidas (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividades, através de licença concedida pelo poder público, a geração e comercialização de energia elétrica através de usinas classificadas na categoria de CGHs – Centrais Geradoras Hidrelétricas (com potência instalada de até 5 MW), e de PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas (com potência instalada acima de 5 MW até 30MW), além de comercialização de energia, prestação de serviço de gestão do consumo de energia elétrica e eficiência energética.

Conforme lei 9.074 de 7 de julho de 1995 e alterações, o aproveitamento de potenciais hidráulicos iguais ou inferiores a 5MW estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicadas ao poder concedente.

A Companhia possui participação nas seguintes empresas:

Descrição	Atividade	Participação	% Participação	
			2022	2021
Controladas:				
Areão Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	100	100
Maria da Fé Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	92	92
Central Geradora Hidrelétrica Manuel Alves Ltda	Produção de energia (PCH)	Direta	99,9	99,9
São Luiz Energia S/A	Produção de energia (PCH)	Direta	100	100
Bicuíba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	100	100
Corrente Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	100	100
EBDE Energia S/A	Desenvolvedora de projetos	Direta	100	100
Salto dos Cravos Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	100	100
Formoso Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	100	100
Itajubá Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	100	100
Ubá Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	95	95
Mimoso Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	85	85
Moinhos Energia LTDA	Produção de energia (CGH)	Direta	96,55	96,55
Santa Rita do Glória Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	93	93
FIT Economia de Energia Ltda	Prestação de Serviço de Gestão	Direta	100	-
Energética São Patrício S/A	<i>Subholding</i>	Direta	100	100
Controladas em conjunto:				
Mantiqueira Energia LTDA.	Produção de energia (CGH)	Direta	50	50
Coligada:				
Antônio Prado Energia S/A	Produção de energia (CGH)	Direta	12,5	12,5
Energética Fazenda Velha S/A	Produção de energia (PCH)	Direta	20	20
DHV Participações S/A	Participação em sociedades	Direta	50	50

- **Antônio Prado Energia S/A:** CGH em operação, com licença ambiental válida até 21/03/2029;
- **Areão Energia S/A:** CGH em operação, com licença ambiental válida até 22/02/2029;
- **EBDE Energia S/A:** Desenvolvedora de projetos de usinas perante a ANEEL;
- **Bicuíba Energia S/A:** CGH em operação, com licença ambiental válida até 27/07/2030.
- **Corrente Energia S/A:** CGH em desenvolvimento/licenciamento, sem previsão de entrada em operação.
- **Central Geradora Hidrelétrica Manuel Alves Ltda:** PCH em operação, com licença ambiental válida até 11/11/2026;
- **DHV Participações S.A.:** Empresa de participações em ativos e/ou sociedades;
- **Formoso Energia S/A:** CGH em operação, com licença ambiental válida até 08/10/2030;
- **Itajubá Energia S/A:** CGH em operação, com licença ambiental válida até 06/08/2028;
- **Maria da Fé Energia S/A:** CGH em operação, com licença ambiental válida até 05/12/2027;
- **Mimoso Energia S/A:** CGH em desenvolvimento/licenciamento, sem previsão de entrada em operação.
- **Salto dos Cravos Energia S/A:** CGH em operação, com licença ambiental válida até 25/10/2028.
- **Santa Rita do Glória Energia S/A:** CGH em desenvolvimento/licenciamento, sem previsão de entrada em operação.
- **São Luiz Energia S/A:** PCH em operação, licença ambiental válida até 22/12/2026.
- **Ubá Energia S/A:** CGH em desenvolvimento/licenciamento, sem previsão de entrada em operação.
- **FIT Economia de Energia Ltda:** A Companhia terá atividades no segmento de prestação de serviços de gestão em energia, utilizando-se da denominada Geração Distribuída, estabelecida no inciso III do Art. 2º da Resolução Normativa nº 482/2012 da ANEEL. Na data da apresentação destas demonstrações financeiras, encontra-se em pré-operação
- **Energética São Patrício S/A:** *Subholding* subsidiária integral, detém controle de 14 CGHs, 2 PCHs, da HB ESCO Gestão em Energia LTDA. e participação de 32,5% da Vila Real Energia S.A.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 09 de maio de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e o CPC 36 (R3) e compreendem as informações da Companhia e de suas controladas mencionadas na Nota explicativa nº 1.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

(i) Controladas

Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Assim, o investidor controla a investida se, e somente se, o investidor possuir todos os atributos seguintes:

- (a) poder sobre a investida;
- (b) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- (c) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

- Nota explicativa nº 2.c - Consolidação;
- **Nota explicativa nº 9** - Equivalência patrimonial em investidas;
- **Nota explicativa nº 13** - Reconhecimento de receita;

Incertezas sobre premissas e estimativas

- **Nota explicativa n.º 2.c** – Aquisição de controlada;
- **Nota explicativa n.º 3.d** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- **Nota explicativa n.º 10** - Depreciação e amortização;
- **Nota explicativa n.º 13** – Receita Operacional líquida – mensuração da receita: a receita gerada na controlada HB Esco consiste em oferecer aos clientes a possibilidade de economia de energia no momento do consumo no cliente final, utilizando-se da denominada Geração Distribuída estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº482/2012.

e. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3 Políticas contábeis

Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, considerando a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração do Grupo para cobertura de prováveis perdas na realização.

As contas a receber são também ajustadas de prováveis descontos compulsórios definidos pelo regulador, onde são considerados os critérios definidos por este regulador e a probabilidade de

ocorrência do mesmo.

Pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 45 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

c. *Fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são valores a pagar pela compra de materiais e ou serviços no curso de implantação e construção das usinas do grupo, sendo classificadas como passivos circulantes se for devido de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

d. *Outros ativos e passivos*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e. *Imobilizado e intangível*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. A utilização de tais taxas de depreciação é limitado ao período de concessão/autorização das referidas usinas. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados, limitados aos prazos de autorização da usinas.

(iv) *Baixa*

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-

futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f. Provisões

(i) Reconhecimento e mensuração

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Instrumentos financeiros

O Grupo não reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao valor justo; - investimentos de dívida mensurados ao VJR, uma vez que tais empréstimos são reconhecidos e contabilizados a valor justo.

O Grupo avalia os saldos em aberto do contas a receber tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, com base no histórico recente de recebimento dos saldos parcelados, e efetua uma provisão para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa no exercício.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimentos, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custo para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma por rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não estivesse sido reconhecida.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido para o Grupo, exceto para a Controladora, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Controladora adota escrituração mensal de Apuração do Lucro Real para efeito de redução/suspensão das antecipações mensais obrigatórias do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado a VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao VJORA – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial, ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

O grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflète melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessa política. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência

entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho de carteira é avaliado e reportado à administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes de negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo resco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essas condições. ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal presente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada no contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que

também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a

contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

O Grupo não tem nenhum instrumento financeiro derivativo.

j. Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

k. Receita de contratos com clientes

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Os princípios fundamentais do CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada, preço e metodologia de cálculo especificadas nos termos contratuais firmados. O faturamento é feito em bases mensais.

Em relação à sua controlada HB Esco, para determinar o montante das receitas de serviços de gestão em energia auferidas, a Companhia apura o valor da economia gerada aos clientes nos contratos de Geração Distribuída. O valor da economia gerada aos clientes é apurado, contrato a contrato, por meio de relatórios externos de volumes de geração, compensação de créditos e tarifação da distribuidora e preço da energia comercializada. Assim, as receitas da controlada são mensuradas com base em um percentual da redução de custos (benefícios) transferidos ao cliente.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

De acordo com a CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato

com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

m. Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores e novas normas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- CPC 50 - Contratos de Seguros
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).
- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26));
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração ao CPC 32)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos - Conta movimento	15	14	1.321	6.620
Aplicações financeiras (a)	73.827	8.020	133.650	17.422
Total	73.842	8.034	134.971	24.042

- (a) Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras em renda fixa de perfil conservador, pós fixadas, em CDBs de grandes bancos com remuneração vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), ou fundos investidos majoritariamente em títulos do governo (“Tesouro SELIC”), sem perda substancial de valor em eventual resgate, liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito.

5 Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em fundos de renda fixa e certificado de depósitos bancários e possuem rendimento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Banco Santander (a)	8.383	9.860
Itaú Unibanco (b)	-	1.274
Banco do Brasil (c)	-	604
Total	8.383	11.738
Não Circulante	8.383	11.738

- (a) Aplicação financeira no fundo DI Títulos Públicos Premium, do banco Santander, pós fixado, caracterizado como de risco muito baixo, com rentabilidades mensais variáveis, próximas a 100% do CDI, sem perda substancial de valor em eventual resgate. Tal saldo está vinculado à emissão das debêntures pela Energética São Patrício S/A, e portanto está impossibilitada de ser resgatada até a total quitação das mesmas.
- (b) Aplicações financeiras em CDB do banco Itaú Unibanco S.A. vinculadas a garantia com os Contratos de Financiamento mencionados na Nota Explicativa nº 10, captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA. Tratam-se de aplicações pós fixadas variadas, vinculadas à variação mensal do CDI, que variaram entre 102,25% e 110,00% 2021 (101,25% e 107,5% em 2020) conforme definido na contratação de cada operação, sem perda substancial de valor em eventual resgate.
- (c) Aplicações financeiras em CDB do Banco do Brasil S.A. vinculadas a garantia com os Contratos de Financiamento mencionados na Nota Explicativa nº 10, captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) por intermédio do Banco do Brasil. Tratam-se de aplicações pós fixadas variadas, com rendimento médio de 97,5% do CDI, conforme definido na contratação de cada operação, sem perda substancial de valor em eventual resgate.

6 Contas a receber

a. Contas a receber pela venda de energia

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasil (a)	-	-	8.538	5.593
CCEE (*) – Crédito de Liquidação financeira (b)	-	-	-	216
Clientes nacionais (c)	563	564	9.033	7.254
(-) Provisão para perda esperada de crédito (b)	-	-	-	(216)
Total	563	564	17.571	12.847

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

- (a) Refere-se a saldo a receber de energia vendida à Eletrobras competente ao Contrato de Venda n° CT – PROINFA/ PCH - 002/2004 e PCH005/2004 firmado entre as partes. Pelo curto prazo do giro de recebimento (45 dias), a Administração entende que não há efeitos significativos do ajuste a valor presente do montante;
- (b) Refere-se a saldo a receber junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE em virtude de excedente de geração disponibilizada na rede pelas CGHs que operam no mercado livre. Em virtude do referido saldo apresentar inadimplência a mais de 180 dias, em função da liquidação financeira estar bastante limitada devido liminares concedidas no contexto de judicialização do setor, optou-se por registrar provisão para créditos de liquidação duvidosa de todo o montante. Em função da Lei 14.052/2020, que reconheceu parte destes pleitos e trouxe a possibilidade da repactuação do GSF mediante a extensão dos prazos das outorgas/concessões, esta questão foi solucionada, com praticamente todos os agentes já tendo aderido à repactuação, e consequentemente pagando os valores devidos.
- (c) Contas a receber proveniente de arrendamento das CGHs
- (d) O Grupo não possui saldos de contas a receber vencidos. Existia um saldo de longa data mantido no contas a receber que é integralmente provisionado e diz respeito ao item (b) mencionado anteriormente.

7 Partes relacionadas

a. Partes relacionadas

Os saldos representam operações de empréstimos em forma de (mútuos) à receber e pagar entre empresas do Grupo. Outros montantes correspondem à operações comerciais de prestação de serviços.

Os saldos estão assim apresentados:

Ativo (a)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
América Energia S/A	310	310	310	310
Areão Energia S/A	10.100	9.224	-	-
Bicuíba Energia S/A	13.313	22.899	-	-
Central Geradora Hidrelétrica Manuel Alves	16.204	16.826	-	-
CGH Muriaé	15.640	512	15.638	512
Corrente Energia S/A	4.321	4.268	-	-
DHV Participações S/A	-	136	-	137
DJG PARTICIPAÇÕES S/A	6.509	-	6.509	-
EBDE Energia S/A	1.781	731	-	-
Energética São Patrício S/A	61.522	16.200	-	-
Formoso Energia S/A	5.710	4.435	-	-
Giuliano Stefano	82	82	82	82
Itajubá Energia S/A	1.580	1.462	-	-
Maria da Fé Energia S/A	1.720	2.017	-	-

Mimoso Energia S/A	100	79	-	-
Moinhos Energia LTDA.	114	114	114	114
Palmeiras Energia S/A	931	-	-	-
Pardo Energia S/A	672	-	-	-
Santa Rita do Gloria Energia S/A	28	3	-	-
São Cristóvão Energia S/A	541	541	-	-
São Luiz Energia S/A	31.070	30.539	-	-
Serra Negra Energia S/A	5	5	5	5
Toctao Engenharia Ltda	20	20	20	20
Vermelho Velho Energia S/A	472	-	-	-
Vila Real Energia S/A	112	12	112	12
Total	<u>172.857</u>	<u>110.415</u>	<u>22.790</u>	<u>1.192</u>
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	172.857	110.415	22.790	1.192

- (a) A totalidade dos saldos correspondem ao custeio operacionais das usinas orindos, principalmente, da fase de construção, sem cobrança de juros e sem vencimento definido.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ágape	8	8	8	8
Alto Brejaúba Energia S/A (c)	830	830	-	-
Ametica Geração S/A (c)	-	-	454	-
Antônio Dias Energia S/A (c)	72	72	-	-
Brejaúba Energia S/A (c)	588	588	-	-
Cachoeirinha Energia S/A (c)	2.583	2.582	-	-
CG Energia S/A (c)	593	593	-	-
Consórcio Rio Palmeiras (a)	-	-	6.568	6.718
Espraiado Energia S/A (c)	469	469	-	-
Farias Energia S/A (c)	70	70	-	-
GMS Engenharia LTDA. (b)	-	-	-	480
HB ESCO Gestão em Energia LTDA. (c)	8.248	8.248	-	-
Limoeiro Energia S/A (c)	2.391	2.391	-	-
Maria da Fé Energia S/A (c)	-	607	-	-
Mauá Participações Estruturadas S/A (c)	-	-	19	11
Minas Energia S/A (c)	-	-	93	93
Pardo Energia S/A (c)	2.672	2.672	-	-
Pitangas Energia S/A (c)	690	690	-	-
RVG (c)	34	34	34	34
Salto dos Cravos Energia S/A (c)	2.724	2.668	-	-
Simonésia Energia S/A (c)	1.931	1.931	-	-
Toctao Engenharia LTDA. (b)	-	-	-	196
Vermelho Velho Energia S/A (c)	472	472	-	-
Total	<u>24.375</u>	<u>24.925</u>	<u>7.176</u>	<u>7.529</u>
Circulante	-	-	11	11
Não Circulante	24.375	24.925	7.165	7.529

- (a) O saldo com as partes relacionadas são originados pelo pagamento de despesas da Companhia pelas mutuantes. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.
- (b) Os saldos com as partes relacionadas Toctao e GMS Engenharia LTDA. São originados pela prestação de serviços referente a construção da usina ocorridos em 2008 e reconhecidos, para ajuste e adequação do patrimônio, em

contrapartida ao ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.

- (c) Estes saldos são originados para transferência de recursos entre as empresas do grupo, para manutenção do capital de giro. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.

b. Remuneração dos administradores

A Administração do Grupo é formada por pelo diretor-presidente e diretora financeira. A remuneração do pessoal chave da administração do Grupo, composto exclusivamente pelos diretores estatutários é paga integralmente por outras empresas do Grupo (Controlador final – Mauá Participações Estruturadas S.A.), sem o respectivo reembolso.

8 Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não era parte em ação judicial ou processos administrativos passivos perante tribunais ou órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, que envolvam questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis, na qual a probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos fosse classificada como provável e ou possível.

Contudo, por prudência, a administração do Grupo optou por constituir saldo de Depósitos judiciais no montante de R\$ 1.288 em 2022 (R\$ 1.168 em 2021), referentes ao pagamento em juízo de ICMS cobrado mediante limiar sobre contato de uso do sistema de distribuição de energia (CUSD), firmado entre a companhia e a Cia de Eletricidade da Bahia. O corpo jurídico do Grupo entende que não há passivo a ser reconhecido, haja vista a cobrança em duplicidade do imposto pelo fato do contribuinte se o consumidor final e conseqüentemente probabilidade remota de perda da ações.

9 Investimentos

Composição dos investimentos

Investimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações societárias em controladas	107.671	257.243	-	-
Investimentos em coligadas	16.944	12.770	52.980	47.115
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande	-	-	2.349	2.560
Adiantamento para futuro aumento de capital	869	-	869	-
Total	<u>125.484</u>	<u>270.013</u>	<u>56.198</u>	<u>49.675</u>

9.1 Composição das participações societárias

Controladas	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Areão Energia S/A	1.805	1.848
Bicuíba Energia S/A	1.368	400
Central Geradora Hidrelétrica Manuel Alves LTDA	21.090	15.944
Corrente Energia S/A	314	315
EBDE Energia S/A	4.915	5.002
Energética São Patrício S/A	40.000	199.745

Formoso Energia S/A	1.787	1.033
Itajubá Energia S/A	2.938	1.493
Maria da Fé Energia S/A	6.432	4.934
Mimoso Energia S/A	1	-
Salto dos Cravos Energia S/A	8.452	6.866
Santa Rita do Glória Energia S/A	(3)	-
São Luiz Energia S/A	18.559	19.661
Moinhos Energia LTDA	1	1
Ubá Energia S/A	1	1
FIT Economia de Energia Ltda	11	-
Total	<u>107.671</u>	<u>257.243</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Coligadas/controladas em conjunto				
Antônio Prado Energia S.A.	162	156	162	156
Energética Fazenda Velha S/A	7.354	5.955	7.354	5.955
Mantiqueira Energia LTDA.	6.648	2.690	6.648	2.690
Vila Real Energia S/A	-	-	36.036	34.345
DHV Participações S/A	2.780	3.969	2.780	3.969
Total	<u>16.944</u>	<u>12.770</u>	<u>52.980</u>	<u>47.115</u>
Total Investimentos Controladas e Coligadas em conjunto.	<u>124.615</u>	<u>270.013</u>	<u>52.980</u>	<u>47.115</u>

9.2 Informações sobre investidas em 31 de dezembro de 2022

Controladas

Descrição	Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado líquido
Areão Energia S/A	100.00%	158	18.979	12.166	5.165	1.805	1.734	(633)	(43)
Bicuiba Energia S/A	100.00%	3.737	32.302	16.085	18.586	1.368	1.927	(319)	968
Central Geradora Manuel Alves LTDA	99.99%	2.910	60.057	4.742	37.135	21.090	13.462	(4.237)	5.134
Corrente Energia S/A	100.00%	2.102	2.544	4.332	-	314	-	-	(1)
EBDE Energia S/A	100.00%	350	6.360	1.795	-	4.915	-	(87)	(87)
Energética São Patrício S/A	100.00%	42.490	282.010	85.999	198.501	40.000	-	89.874	68.756
Formoso Energia S/A	100.00%	2.477	22.315	9.565	13.440	1.787	4.301	(968)	754
Itajubá Energia S/A	100.00%	1.840	13.923	3.265	9.560	2.938	3.931	(614)	1.445
Maria da Fé Energia S/A	92.00%	772	15.436	3.784	5.432	6.991	3.469	(490)	1.668
Mimoso Energia S/A	100.00%	2	100	-	100	1	-	-	-
Salto dos Cravos Energia S/A	100.00%	1.817	16.392	2.099	7.659	8.452	3.931	(539)	1.586
Santa Rita do Glória S/A	100.00%	1	24	-	28	(3)	-	-	-
São Luiz Energia S/A	100.00%	5.318	83.452	4.186	66.025	18.559	10.155	(4.186)	(1.101)
Moinhos Energia LTDA	96.55%	1	-	-	-	1	-	-	-
Ubá Energia S/A	100.00%	1	-	-	-	1	-	-	-
FIT Economia de Energia Ltda	100.00%	59	14	61	-	11	-	(135)	(135)
Total		<u>64.035</u>	<u>553.908</u>	<u>148.079</u>	<u>361.631</u>	<u>108.230</u>	<u>42.910</u>	<u>77.666</u>	<u>78.945</u>

Coligadas/controladas em conjunto

Descrição	Participação	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado líquido
		Circulante	Ativo não circulante	Circulante	Passivo não circulante				
Antônio Prado Energia S/A	13.00%	258	4.619	3.185	-	1.691	801	(744)	38
Energética Fazenda Velha S/A	20.00%	3.423	80.439	3.520	44.227	36.116	15.823	(8.825)	2.585
Mantiqueira Energia LTDA.	50.00%	27	13.146	-	-	13.174	-	-	47
Vila Real Energia S/A	32.50%	702	110.294	113	-	110.883	-	105	16.908
DHV Participações S/A	50.00%	155	7.208	68	-	7.294	-	(2.382)	(2.378)
Total		4.566	215.706	6.886	44.227	169.157	16.624	(11.846)	17.201

9.3 Informações sobre investidas em 31 de dezembro de 2021

Controladas

Descrição	Participação	Ativo		Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado líquido
		Circulante	Ativo não circulante					
Areão Energia S/A	100%	151	20.223	18.526	1.849	1.734	(644)	(163)
Bicuiba Energia S/A	100%	645	38.636	38.881	400	-	-	(24)
Central Geradora Manuel Alves LTDA	99,99%	417	61.975	46.435	15.957	9.071	(2.595)	2.844
Corrente Energia S/A	100%	2.102	2.492	4.279	315	1.599	(1.614)	(16)
EBDE Energia S/A	100%	350	5.407	755	5.002	-	-	-
Energética São Patrício S/A	100%	23.329	305.767	93.176	215.945	106.063	(19.964)	73.420
Formoso Energia S/A	100%	2.304	22.627	23.898	1.033	4.301	(782)	(151)
Itajubá Energia S/A	100%	1.720	13.990	14.217	1.494	3.931	(611)	687
Maria da Fé Energia S/A	92%	812	15.386	10.835	5.363	3.180	(466)	1.342
Mimoso Energia S/A	100%	1	79	79	1	-	-	-
Salto dos Cravos Energia S/A	100%	1.065	17.319	11.518	6.866	3.931	(514)	750
São Luiz Energia S/A	100%	2.948	88.246	71.534	19.660	7.191	(5.649)	(318)
Santa Rita do Glória S/A	100%	-	-	3	(2)	-	(3)	(3)
Moinhos Energia LTDA	96,55%	-	-	-	-	-	-	-
Ubá Energia S/A	100%	1	-	-	1	-	-	-
Total		35.846	592.147	334.136	273.882	141.001	(32.842)	78.368

Coligadas/controladas em conjunto

Descrição	Participação	Ativo		Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado líquido
		Circulante	Ativo não circulante					
Antônio Prado Energia S/A	13%	254	4.781	2.923	2.112	2.715	(1.809)	840
Energética Fazenda Velha S/A	20%	4.750	77.424	52.401	29.774	21.171	(11.245)	4.972
Mantiqueira Energia LTDA.	50%	184	5.168	2	5.351	-	(31)	(29)
Vila Real Energia S/A	32,5%	1.340	104.447	112	105.675	-	(97)	22.839
DHV Participações S/A	50%	4	8.137	59	8.082	-	(2.577)	(2.577)
Total		6.532	199.957	55.497	150.994	23.886	(15.759)	26.045

9.4 Movimentação das participações societárias em 31 de dezembro de 2022

Controladas

Descrição	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Integralização (Redução) de capital	Outros	Constituição de Dividendos	Saldos em 31/12/2022
Areão Energia S/A	1.849	(43)	-	-	-	1.805
Bicuiba Energia S/A	400	968	-	-	-	1.368
CGH Manoel Alves Energia S/A.	15.944	5.134	-	12	-	21.090
Corrente Energia S/A	315	(1)	-	-	-	314
EBDE Energia S/A	5.002	(87)	-	-	-	4.915
Energética São Patrício	199.745	68.756	(64.356)	-	(164.145)	40.000
Formoso Energia S/A	1.033	754	-	-	-	1.787
Itajubá Energia S/A	1.494	1.445	-	-	-	2.938
Maria da Fé Energia S/A	4.934	1.535	-	(37)	-	6.432
Mimoso energia S/A	-	-	-	1	-	1
Salto dos Cravos Energia S/A	6.866	1.586	-	-	-	8.452
Santa Rita do Gloria Energia S/A	-	-	-	(3)	-	(3)
São Luiz Energia S/A	19.659	(1.101)	-	-	-	18.559
Moinho Energia S/A	1	-	-	-	-	1
Ubá Energia	1	-	-	-	-	1
FIT Economia de Energia Ltda	-	(135)	147	-	-	11
Total	257.243	78.811	(64.209)	(27)	(164.145)	107.671

Coligadas/controladas em conjunto

Descrição	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Integralização (Redução) de capital	Continuação de Dividendos	Saldos em 31/12/2022
Antônio Prado Energia S.A.	156	5	-	-	161
Energética Fazenda Velha S/A	5.955	1.610	-	(210)	7.355
Mantiqueira Energia LTDA.	2.690	25	3.935	-	6.649
Vila Real Energia S/A	34.344	5.495	-	(3.803)	36.037
DHV Participações S/A	3.969	(1.189)	-	-	2.780
Total	47.114	5.946	3.935	(4.013)	52.982

9.5 Movimentação das participações societárias em 31 de dezembro de 2021

Controladas

Descrição	Saldos em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Aumento capital	Constituição Dividendos	Saldos em 31/12/2021
Areão Energia S/A	2.011	(162)	-	-	1.849
Bicuiba Energia S/A	423	(23)	-	-	400
CGH Manoel Alves Energia S/A.	13.100	2.844	-	-	15.944
Corrente Energia S/A	331	(16)	-	-	315
EBDE Energia S/A	1.605	-	3.397	-	5.002
Energética São Patrício	158.434	70.072	-	(28.761)	199.745
Formoso Energia S/A	189	(151)	995	-	1.033
Itajubá Energia S/A	712	687	95	-	1.494
Maria da Fé Energia S/A	3.699	1.235	-	-	4.934
Salto dos Cravos Energia S/A	6.116	750	-	-	6.866
São Luiz Energia S/A	6.857	(319)	13.121	-	19.659

Descrição	Saldos em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Aumento capital	Constituição Dividendos	Saldos em 31/12/2021
Ubá Energia	1	-	-	-	1
Mimoso Energia S/A	1	-	-	-	1
Total	193.479	74.917	17.608	(28.761)	257.243

Descrição	Saldos em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Aumento de capital	Saldos em 31/12/2021
Energética Fazenda Velha S/A	1.478	995	3.482	5.955
Mantiqueira Energia LTDA.	1.343	-	1.347	2.690
DHV Participações S/A	(234)	(1.289)	5.493	3.969
Antônio Prado Energia S.A.	254	(98)	-	156
Total	2.841	(392)	10.322	12.770

9.6 Composição dos adiantamentos para futuro aumento de capital

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Moinhos Energia Ltda	2	-	2	-
DHV Participações S/A	867	-	867	-
Total	869	-	869	-

9.7 Composição do ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Riacho Preto Energética S.A.	-	-	735	801
Lagoa Grande Energética S.A.	-	-	1.614	1.759
Total	-	-	2.349	2.560

Os respectivos ágios foram constituídos mediante aquisição por parte da controlada Energética São Patrício S.A. de participação de acionistas não controladores em virtude de expectativa de rentabilidade futura. Tendo em vista a vida útil definida desta rentabilidade, a qual compreende o período de concessão/autorização para operar na produção e comercialização de energia, os mesmos são amortizados linearmente dentre a data da entrada em operação das usinas (dezembro de 2008), até a data de término das concessões/autorização públicas (fevereiro de 2034). O valor anual da amortização é de R\$ 211. Para fins de demonstração consolidado, os respectivos ágios são classificados como intangível.

Além do saldo dos ágios supracitados, a Companhia incorreu em processos de registro de Marcas e Patentes no montante de R\$ 14, em sua controlada FIT Economia de Energia Ltda, totalizando o montante final de 5.363.

As ações das SPEs controladas pela Energética São Patrício S.A., assim como as quotas da HB ESCO Gestão em Energia LTDA. foram alienadas fiduciariamente como garantia no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da controlada Energética São Patrício S.A.

10 Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL que correspondem a vida útil econômica dos bens de acordo com o CPC.

A Lei 14.052/2020 trouxe a possibilidade de repactuação do risco hidrológico, mediante a prorrogação do prazo de concessão/autorização de usinas participantes do MRE. A Companhia detém, através de suas controladas e coligadas, vinte e três CGHs e sete PCHs em operação. As CGHs são propriedade, não são objeto de concessão ou autorização, portanto não se enquadram nos requisitos da referida Lei. Já as PCHs Lagoa Grande, Riacho Preto e Manuel Alves não são participantes do MRE, assim, também não são elegíveis à repactuação. A PCH São Luiz entrou em operação após a publicação de tal lei, não sendo, assim, elegível. A coligada Energética Fazenda Velha S.A., titular da PCH Fazenda Velha, solicitou adesão durante o exercício de 2022, e já refletiu estes impactos em suas demonstrações financeiras (reconhecimento de ativo intangível no valor de R\$ 1.091 na coligada em função da extensão do prazo de outorga). A coligada Vila Real Energia S.A. detém o controle de duas PCHs, Fumaça e Furquim, e solicitaram adesão à repactuação. A homologação foi efetivada pela ANEEL em 2023, de forma que os impactos desta repactuação serão contabilizados neste ano.

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (impairment) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Com base na avaliação da administração, não houveram indicativos de incidência de impairment para o Grupo.

Os detalhes do ativo imobilizado do Grupo estão demonstrados a seguir:

	% - Taxas de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Usinas					
Imobilizações em curso	-	-	-	9.029	117.066
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	519	1.342
Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	de 2% a 3%	-	-	165.526	123.793
Máquinas e equipamentos (b)	de 2,5% a 7%	-	-	183.698	161.539
Móveis e utensílios	de 3% a 5%	-	-	93	93
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	-	-	212.356	178.311
Terrenos	-	-	-	5.070	3.983
Veículos	-	-	-	486	-
Total Usinas		-	-	576.777	586.127
Sistema de transmissão					
Imobilizado em andamento	-	-	-	3.586	1.511
Terrenos	-	-	-	39	392
Máquinas e equipamentos	de 2,5% a 7%	-	-	24.305	25.921
Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	-	-	-	3.853	192
Total transmissão		-	-	31.783	28.016
Outros imobilizados (c)					
Máquinas e equipamentos	10%	1.486	1.483	1.486	1.483
Veículos	20%	39	39	39	39
Móveis e utensílios	10%	110	64	110	64

	% - Taxas de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Computadores e periféricos	20%	140	39
Softwares	10%	-	-	-	-
Terrenos	-	4.648	4.622	4.648	4.498
Outros imobilizações	-	522	89	522	89
Total Outros imobilizados		6.945	6.336	6.945	6.212
Imobilizado bruto		6.945	6.336	615.505	620.355
(-) Depreciação acumulada		(1.645)	(1.626)	(113.226)	(98.502)
Imobilizado líquido		5.300	4.710	502.239	521.853

- (a) Parte de obras civis tais como construções de casa de força e a estrutura civil da usina.
- (b) Turbinas, transformadores, painéis e outros equipamentos utilizados na operação das usinas.
- (c) Ativos utilizados pela controladora no administrativo da operação.

Movimentação do ativo imobilizado – controladora

	Saldos em 31/12/2021	Adições/Baixas/Transferências	Saldos em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	1.483	3	1.486
Veículos	39	-	39
Móveis e utensílios	64	46	110
Computadores e periféricos	39	101	140
Terrenos	4.622	26	4.648
Outras imobilizações	89	433	522
(-) depreciação	(1.626)	(19)	(1.645)
Total	4.710	590	5.300

	Saldos em 31/12/2020	Adições/Baixas/Transferências	Saldos em 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	1.483	-	1.483
Veículos	39	-	39
Móveis e utensílios	64	-	64
Computadores e periféricos	39	-	39
Terrenos	4.418	204	4.622
Outras imobilizações	26	63	89
(-) depreciação	(1.606)	(20)	(1.626)
Total	4.463	247	4.710

Movimentação do ativo imobilizado – consolidado

	Saldos em 31/12/2021	Adições/Baixas/Transferências	Saldos em 31/12/2022
Usinas			
Imobilizações em curso	117.066	(108.037)	9.029
Adiantamento a fornecedores	1.342	(823)	519
Edificações, obras civis e benfeitorias	123.793	41.733	165.526
Máquinas e equipamentos	161.539	22.159	183.698
Móveis e utensílios	93	-	93
Reservatórios, barragens e adutoras	178.311	34.044	212.356
Terrenos	3.983	1.087	5.070

Veículos	-	486	486
Total Usinas	586.127	(9.350)	576.777
Sistema de transmissão			
Imobilizado em andamento	1.511	2.075	3.586
Terrenos	392	(353)	39
Máquinas e equipamentos	25.921	(1.616)	24.305
Edificações, obras civis e benfeitorias	192	3.661	3.853
Total transmissão	28.016	3.766	31.782
Outros imobilizados			
Máquinas e equipamentos	1.483	3	1.486
Veículos	39	-	39
Móveis e utensílios	64	46	110
Computadores e periféricos	39	102	140
Softwares	-	-	-
Terrenos	4.498	150	4.648
Outros imobilizados	89	433	522
Total Outros imobilizados	6.212	611	6.946
Imobilizado bruto	620.355	(4.850)	615.505
(-) Depreciação acumulada	(98.502)	(14.764)	(113.266)
Total	521.853	(19.614)	502.239
	Saldos em	Adições/Baixas/	Saldos em
	31/12/2020	Transferências	31/12/2021
Usinas			
Imobilizações em curso	160.478	(43.412)	117.066
Adiantamento a fornecedores	373	969	1.342
Edificações, obras civis e benfeitorias	93.097	30.696	123.793
Máquinas e equipamentos	145.288	16.251	161.539
Móveis e utensílios	93	-	93
Reservatórios, barragens e adutoras	147.996	30.315	178.311
Terrenos	4.141	(158)	3.983
Total Usinas	551.466	34.661	586.127
Sistema de transmissão			
Imobilizado em andamento	5	1.506	1.511
Terrenos	392	-	392
Máquinas e equipamentos	26.552	(631)	25.921
Edificações, obras civis e benfeitorias	192	-	192
Total transmissão	27.141	875	28.016
Outros imobilizados			
Máquinas e equipamentos	1.483	-	1.483
Veículos	39	-	39
Móveis e utensílios	64	-	64
Computadores e periféricos	39	-	39
Terrenos	4.418	80	4.498
Outros imobilizados	25	64	89
Total Outros imobilizados	6.068	144	6.212

Imobilizado bruto	584.675	35.680	620.355
(-) Depreciação acumulada	(87.553)	(10.949)	(98.502)
Total	497.12	24.731	521.853

11 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Financiamento de projetos (a)	-	-	134.529	151.253
Capital de giro (b)	-	8.250	-	8.250
Debêntures (c)	-	-	222.225	63.257
Total	-	8.250	356.754	222.760
Circulante	-	8.250	43.075	55.816
Não circulante	-	-	313.679	166.944

- (a) Financiamentos captados pelas controladas junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do Banco Itau BBA e do Banco do Brasil, utilizado para a construção das usinas. A estrutura das usinas são as garantias das operações. As taxas de juros anuais variam, sendo de 5,50% pré-fixados, 4,40% + TJLP (no caso do Itaú) e 5,0% + TLP (no caso do Banco do Brasil), com vencimentos finais previstos para os anos de 2022 a 2032.
- (b) Capital de Giro com vencimento em dezembro de 2022, ao custo de CDI + 2,45% a.a., captado junto ao banco Itaú.
- (c) Referente à 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da Energética São Patrício S/A, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia. A escritura de emissão de debêntures da Energética São Patrício S/A prevê algumas cláusulas restritivas (*covenants*) de caráter financeiro e não-financeiro, cujo descumprimento pode acarretar vencimento antecipado.

Vencimento do curto e longo prazo

	Consolidado
2023	43.075
2024	56.761
2025	61.930
2026	66.088
2027	68.241
2028	35.776
2029	11.644
2030	7.112
2031	4.020
2032	2.107
Total	356.754

Movimentação:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Anterior	8.250	18.250	222.760	248.807
Captações	-	-	222.319	45.948
Amortizações	(8.250)	(10.000)	(97.620)	(71.995)

Juros transferidos para Imobilizado	-	-	2.070	-
Juros	504	839	43.573	28.060
Juros pagos	(504)	(839)	(36.348)	(28.060)
Total	-	8.250	356.754	222.760

12 Dividendos a pagar

Descrição	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mauá Participações Estruturadas S/A	13.364	24.995
DJG Participações S/A	6.682	12.498
Mauá Participações Estruturadas S/A - INC (a)	3.916	3.916
Total	<u>23.962</u>	<u>41.409</u>
Circulante	-	-
Não circulante	23.962	41.409

- (a) Refere-se a incorporação da Triade na Hy Brazil, no ano de 2018. Na ocasião, a Triade tinha dividendos a pagar diretamente à Mauá Participações Estruturadas S/A, que posteriormente foi absorvida pela HY Brazil. A

Abaixo, apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar:

Descrição	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Inicial	41.409	24.862
Constituição de Dividêndos Mínimos Obrigatórios	18.622	16.547
Constituição de Dividêndos a pagar	43.923	-
Pagamento de Dividêndos	(79.991)	-
Total	<u>23.962</u>	<u>41.409</u>
Circulante	-	-
Não circulante	23.962	41.409

A Companhia, bem como suas controladas, não possui política de pagamento de dividendos formalizada, sendo que os valores pagos são de acordo com o julgamento da diretoria..

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

	Ações	R\$
DJG Participações S/A	25.000.000	66.408
Mauá Participações Societárias S/A	50.000.000	132.777
Total	75.000.000	199.185

Lucro líquido por ações

31/12/2022	31/12/2021
------------	------------

Lucro líquido do exercício	86.716	74.992
Total de ações	75.000.000	75.000.000
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	1,16	1,00

b. Reserva Legal

A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido ajustado, limitado a 20% do capital social conforme lei nº 6.404/76.

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de lucro		
Resultado do exercício	78.407	69.674
(=) base para constituição de reservas	5%	5%
(5%) – reserva legal (constituição)	3.920	3.484

Distribuição de lucros

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, calculado com base em 25% do lucro ajustado nos termos do Artigo 202. da Lei nº 6.404/1976, após absorvido os prejuízos acumulados e constituição de reserva legal.

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de retenção de lucros	112.583	62.835
Resultado do exercício	78.407	69.674
(-) 5% – reserva legal (constituição)	(3.920)	(3.484)
(=) Base para constituição de dividendos mínimos	74.487	66.190
(25%) – dividendos mínimos obrigatórios	18.622	16.547
(-) Distribuição de dividendos complementares	(43.923)	-
(+) Outros	71	105
Reserva de retenção de lucros	124.596	112.583

Os dividendos mínimos constituídos em 2022 foram de R\$18.622.

14 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de venda de energia elétrica – ACR (a)	-	-	68.095	63.586
Receita de operação com energia elétrica – ACL (b)	-	-	31.054	17.293
Arrendamento de Usina (c)	3.248	3.360	47.107	43.196
Receita de serviços (gestão de contrato) (d)	-	-	29.317	26.031
(-) Impostos incidentes (PIS/COFINS/ISS)	(284)	268	(7.008)	(5.261)
(-) Provisão risco na realização de venda energia-ACL	-	-	-	(216)
Total	2.964	3.628	168.565	144.629

- (a) Receita proveniente da venda de energia das usinas no ACR – Ambiente de Contratação Regulada (PROINFA, Leilão de Energia Nova e Leilão de Energia de Reserva). No caso do PROINFA, a receita é reconhecida pelo valor fixo definido no contrato reajustado anualmente no mês de maio, calculado com base na energia em MWh contratada e ajustado no ano posterior ao montante fornecido.
- (b) Receita gerada, exclusivamente pelas controladas proveniente da venda de energia elétrica vendida através de contratos no ACL – Ambiente de Contratação Livre.

- (c) Receita de arrendamento de CGHs no âmbito da Geração Distribuída;
- (d) Receita proveniente da gestão dos contratos prestação de serviços de gestão em energia no ambiente de Geração Distribuída;

15 Custos operacionais

A composição dos custos operacionais do Grupo é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Compra de Energia Elétrica (a)	-	-	(1.411)	(17.450)
Depreciação das Usinas	(19)	-	(14.204)	(11.382)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(3.371)	(2.883)
Custo de arrendamento de usinas (b)	(5.390)	(5.848)	(5.390)	(5.848)
Serviços de terceiros	-	-	(4.176)	(3.308)
Outros custos	-	-	(6.653)	(4.343)
Total	(5.409)	(5.848)	(35.205)	(45.214)

- (b) Refere-se principalmente a compra de energia elétrica para cumprimento de contratos de venda de energia para os quais não há a respectiva geração no ACL.
- (c) Referente a usinas que são subarrendadas no âmbito da Geração Distribuída.

16 Despesas operacionais

A composição das despesas operacionais do Grupo é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de Terceiros	(5.652)	(1.890)	(5.851)	(1.848)
Viagens	(193)	(12)	(235)	(30)
Associações de classe	(176)	(151)	(195)	(174)
Taxas	(454)	(82)	(1.359)	(617)
Assessoria externa	-	-	(3.554)	(434)
Perdas	-	-	1	-
Parcelamento ICMS – diferencial de alíquota	-	-	(334)	(148)
Multas	-	-	(2)	(2)
Amortização de ágio	-	-	(211)	(211)
Cartórios	(12)	(33)	(110)	(33)
Anúncios e publicações	(356)	-	(374)	(2)
Total	(6.843)	(2.168)	(12.224)	(3.499)

17 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros bancários	(504)	(839)	(43.573)	(22.136)
Despesas bancárias	-	(2)	(316)	(44)
Total Despesas Financeiras	(504)	(841)	(43.889)	(22.180)
Rendimento sobre operações financeiras	8.937	378	15.402	1.133
Total Receitas Financeiras	8.937	378	15.402	1.133
Resultado Líquido Financeiro	8.433	(463)	(28.487)	(21.047)

18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social das investidas são calculados com base no lucro presumido às presunções de 8%, 12% e 32% aplicando-se as alíquotas de 15% e 9%, respectivamente. A seguir, reconciliação da despesa com imposto de renda e da contribuição social. A controladora utiliza a sistemática de lucro real e não houve tributação, visto que a principal receita da Companhia advém de resultado de equivalência patrimonial.

	2022	2021
Venda de Energia Elétrica	89.556	77.473
Arrendamentos	43.860	39.836
Prestação de Serviços ESCO	30.335	26.031
Receita Tributada	<u>163.751</u>	<u>143.340</u>
Base presumida IRPJ - 8%	7.165	6.197
Base Presumida IRPJ - 32%	23.742	21.077
Outras receitas	<u>4.794</u>	<u>725</u>
Base de cálculo	35.701	28.000
IRPJ (15%)	5.355	4.200
Adicional de IRPJ (10%)	<u>2.988</u>	<u>2.209</u>
Total IRPJ	<u>8.343</u>	<u>6.409</u>
Base presumida CSLL - 12%	10.747	9.297
Base presumida CSLL - 32%	<u>23.742</u>	<u>21.077</u>
Outras receitas	<u>4.794</u>	<u>725</u>
Base de cálculo	39.283	31.099
CSLL (9%)	<u>3.535</u>	<u>2.798</u>
IRPJ/CSLL Diferido	-	-
Total (IRPJ + CSLL)	11.879	9.207
Lucro antes dos impostos	98.537	84.198
(x) alíquota combinada	34%	34%
(=) IRPJ e CSLL	33.085	23.689
Despesa de imposto de renda e contribuição social	11.879	9.207
% alíquota efetiva	12,06%	10,93%

19 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais e políticas

O Grupo contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratados aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como vendas de energia. Em 2022 e 2021 o Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração do Grupo.

(i) Aplicações financeiras

A Administração do Grupo elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados sendo possível o acompanhamento das rentabilidades e as flutuações dos indexadores utilizados como base da remuneração.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

(iii) Venda de energia

São contratados com terceiros e registrados com base no preço contratado da energia, que é reajustável anualmente com base no IGP-M no caso das usinas com venda de energia no PROINFA (PCHs Lagoa Grande e Riacho Preto) e IPCA nas demais usinas com energia vendida no ACR/Leilões, assim como nos contratos de longo prazo no ACL (Mercado Livre).

(ii) Classificação de instrumentos financeiros

	Notas	Controladora				Consolidado				Classificação
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	
Ativo circulante										
Caixa e Equivalentes	4	73.842	73.842	8.034	8.034	134.971	134.971	24.042	24.042	Custo amortizado
Contas a receber	6	563	563	564	564	17.571	17.571	12.847	12.847	Custo amortizado
Mútuo a receber de partes relacionadas	7	-	-	-	-	-	-	-	-	Custo amortizado
Outras contas a receber		1.578	1.578	788	788	12.454	12.454	4.353	4.535	Custo amortizado
Total do ativo circulante		78.263	78.263	10.170	10.170	169.836	169.836	45.095	45.095	
Ativo não circulante										
Aplicações financeiras	5	-	-	-	-	8.383	8.383	11.738	11.738	Custo amortizado
Mútuos a receber de partes relacionadas	7	172.857	172.857	110.415	110.415	22.790	22.790	1.192	1.192	Custo amortizado

Outras contas a receber		4.896	4.896	2.203	2.203	5.802	5.802	3.109	3.109	Custo amortizado
Total do ativo não circulante		177.753	177.753	112.618	112.618	36.975	36.975	16.039	16.039	
Passivo circulante										
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	11	-	-	8.250	8.250	43.075	43.075	55.816	55.816	Custo amortizado
Fornecedores		157	157	568	568	12.163	12.163	11.796	11.796	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	-	-	-	-	11	11	11	11	Custo amortizado
Outras contas a pagar		280	280	280	280	843	843	360	360	Custo amortizado
Total do passivo circulante		437	437	9.098	9.098	56.092	56.092	67.983	67.983	
Passivo não circulante										
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	11	-	-	-	-	313.679	313.679	166.944	166.944	Custo amortizado
Mútuos a pagar à partes relacionadas	7	24.375	24.375	24.925	24.925	7.165	7.165	7.529	7.394	Custo amortizado
Total do passivo não circulante		24.375	24.375	24.925	24.925	320.844	320.844	174.473	44.471	

(iii) **Gestão de riscos financeiros**

(i) **Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela diretoria do Grupo, sendo obrigatoriamente aprovadas por todos os diretores. A diretoria, quando necessário, identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger o Grupo contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

(ii) **Risco de mercado**

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações no preço da energia e mudanças nas taxas de juros.

(iii) **Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros atrelados a taxas pós-fixadas. Já as taxas de juros passivas dependem do objeto, origem dos recursos e do momento da contratação. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e não apresentam risco de perda relevante para fins de sensibilidade na avaliação do Grupo.

Ativos (Passivos)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações Financeiras e equivalentes de caixa (indexados ao CDI)	73.842	8.034	143.354	35.780
Capital de Giro e Debêntures (indexados ao CDI)	-	(8.250)	(222.225)	(71.507)
Empréstimos BNDES (indexados à TJLP)	-	-	(24.018)	(26.088)
Empréstimos BNDES (indexados ao IPCA (TLP))	-	-	(110.510)	(125.165)
Exposição líquida às taxas de juros				
Ao CDI	73.842	(216)	(78.871)	(35.727)
À TJLP	-	-	(24.018)	(26.088)
Ao IPCA	-	-	(110.510)	(125.165)

Com a finalidade atender aos critérios de divulgação requerido no CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o Grupo elaborou a análise de sensibilidade dos indexadores ao qual o Grupo está exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, estimando 3 cenários distintos. Definimos o cenário base os valores do CDI, da TJLP e do IPCA na data base das demonstrações financeiras (Cenário I). A partir do Cenário I, simulamos variação de 10% para o Cenário II (Possível) e 20% para o Cenário III (Remoto).

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Indexadores	(31/12/22)	(+10%)	(+20%)
CDI considerado no cenário:	12,39%	13,63%	14,87%
TJLP considerada no cenário:	7,20%	7,92%	8,64%
IPCA considerado no cenário:	5,78%	6,36%	6,94%

Controladora

Ganho/(Perda) líquido:

Com o aumento do CDI	-	7.384	14.768
Com o aumento da TJLP	-	-	-
Com o aumento do IPCA	-	-	-

Ganho/ (Perda) no resultado **7.384** **14.768**

Consolidado

Ganho/(Perda) líquido:

Com o aumento do CDI	-	(7.887)	(15.774)
Com o aumento da TJLP	-	(2.402)	(4.804)
Com o aumento do IPCA	-	(11.051)	(22.102)

Ganho/ (Perda) no resultado	-	(21.340)	(42.680)
-----------------------------	---	----------	----------

(iv) ***Risco do preço de energia***

Do ponto de vista da receita, os valores dos contratos sofrem variação em função do IGP-M, IPCA ou da variação da tarifa da distribuidora, no caso de GD. Do ponto de vista de custos, embora tenha uma exposição relativamente pequena ao ACL onde está exposta ao mercado de curto prazo, o Grupo tem política de não vender toda sua energia, de forma a manter um ‘hedge’ natural contra variações em função do GSF – Generation Scaling Factor.

(v) ***Risco de liquidez***

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios do Grupo, a diretoria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. Os pagamentos futuros estão substancialmente associados ao fluxo de pagamento dos compromissos financeiros conforme nota explicativa nº 11.

(iv) ***Gestão de capital***

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

20 Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam processo com probabilidade de risco de perda avaliada pelos consultores jurídicos como provável ou possível.

(i) ***Recuperação ambiental***

A atividade da Companhia, através de suas controladas, é realizada com a utilização de recursos hídricos e modificação de leito de rios e áreas ciliares, sempre com o devido licenciamento ambiental. Para essas situações, é possível que existam obrigações futuras decorrentes de eventos já ocorridos. Atualmente a Companhia e suas investidas entendem que não são parte, nem possuem nenhum processo ou obrigação futura relacionada à recuperação ou danos ambientais.

21 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância.

22 Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes Relacionadas no Ativo				
Conciliação com Partes Relacionadas no Passivo	(550)	-	-	-
Constituição da redução do capital social a receber	64.356	-	-	-
Constituição de dividendos a pagar	163.278	-	(867)	-
Total de operações não caixa	227.084	-	(867)	-
Depósitos judiciais				
ICMS cobrado mediante Contrato de Uso do Sistema de Distribuição de Energia	-	-	-	(108)
Total de operações não caixa	-	-	-	(108)
Investimentos				
Constituição da redução do capital social a receber	(64.356)	-	-	-
Constituição de dividendos a pagar	(163.278)	-	867	-
Total de operações não caixa	227.634	-	867	-
Imobilizado				
Apropriação de juros de empréstimo para aquisição de imobilizado	-	-	2.070	-
Total de operações não caixa	-	-	2.070	-
Partes Relacionadas no Passivo				
Conciliação com Partes Relacionadas no Ativo	550	-	-	-
Total de operações não caixa	550	-	-	-
Empréstimos				
Apropriação de juros de empréstimo para aquisição de imobilizado	-	-	(2.070)	-
Total de operações não caixa	-	-	(2.070)	-

Dividendos a pagar	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Constituição de dividendos a pagar	(62.544)	-	(69.644)	-
Total de operações não caixa	<u>(62.544)</u>	<u>-</u>	<u>(69.644)</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Constituição de dividendos a pagar	62.544	-	69.644	-
Total de operações não caixa	<u>62.544</u>	<u>-</u>	<u>69.644</u>	<u>-</u>

23 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes relevantes.